

POLÍTICA

CONGRESSO

Estratégia para retomar votações divide aliados

Líderes reúnem-se hoje para tentar criar fatos que tirem parlamentares do imobilismo e neutralizem ofensiva por comissão de inquérito sobre denúncias

CHRISTIANE SAMARCO

BRASÍLIA – Mesmo divididos quanto à melhor estratégia para retomar as votações no Senado e tirar as denúncias de corrupção da agenda nacional, os líderes do governo e dos partidos aliados reúnem-se hoje para discutir a pauta do Congresso. Como a idéia é produzir fatos para fugir do imobilismo, além de cuidar da agenda, os líderes pretendem instalar e escolher os presidentes das comissões técnicas permanentes e também das comissões especiais, como a que vai cuidar das regras para o saneamento básico, imprescindíveis para a privatização do setor.

O acordo para o preenchimento das comissões está praticamente fechado entre os líderes partidários tanto na Câmara quanto no Senado. A exceção fica por conta da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, reivindicada pelo PT. Os governistas já tinham concordado em deixar para a oposição

o comando dessa comissão, mas desistiram depois de um alerta do governo. Neste caso, os aliados deixariam os adversários do Planalto em maioria na Comissão de

Controle Externo da Agência Brasileira de Investigação (Abin). O impasse deverá ser resolvido na reunião de líderes marcada para esta manhã.

Enquanto o líder do governo no Congresso, deputado Arthur Virgílio Neto (PSDB-AM), diz ter autorização do Palácio do Planalto até para arriscar a votação de medidas provisórias (MPs) mais polêmicas, o líder na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), afirma que o governo não pode se dar ao luxo de uma derrota, sob pena de agravar a crise política, com repercussão negativa também na economia. Em meio à confusão, um cardeal do PFL adverte que nem mesmo um resultado favorável no painel eletrônico de votação dará tranquilidade ao Executivo, porque os aliados estão em “pé de guerra”.

“Temos de mostrar à sociedade, aos investidores e aos agentes econômicos e financeiros que não há paralisação congressual”, disse ontem o líder do PSDB na Câmara, Jutahy Magalhães (BA). “É preciso que haja

clareza de que o governo tem maioria no Congresso e, por esta razão, vamos votar MPs esta semana”, completou.

“Mas eu não sou cientista de laboratório para fazer experimentos na base do acerto e do erro”, afirmou Madeira. Ele explicou que a unidade da base de sustentação e as vitórias do governo têm sido conquistadas sempre a cada votação. “Apoio automático nunca existiu”, salienta. O mais grave, segundo o experiente cardeal pefelista, é que o apoio do partido a qualquer projeto do governo deve ocorrer, mas isso não significa que o PFL já esteja pacificado.

‘Crise na base’ – Segundo o dirigente do PFL, o apoio do partido ao plano de ação governamental e a troca dos ministros de ACM, por dois indicados pelo vice-presidente Marco Maciel e pelo presidente nacional do partido, Jorge Bornhausen, não encerraram a crise de relacionamento na base. “O problema não é com o Planalto, mas com o PSDB e com o PMDB”, disse o dirigente, ao afirmar que seu partido está “machucado e ressentido”.

A avaliação predominante no PFL é a de que o governo e o PSDB “usaram” o partido para aprovar as reformas econômicas e, agora, querem descartá-lo porque os liberais não são a companhia ideal quando a prioridade é o social e a aproximação do povo. “Não há a menor chance de o PFL voltar a conviver normalmente com o PMDB”, destaca o cardeal, certo de que o governo tende a escolher os peemedebistas como aliados preferenciais.

Madeira já está listando as propostas menos polêmicas que têm chances de aprovação. A pauta da semana deve levar a exame do plenário o projeto que cria o cadastro nacional da pecuária brasileira, o que modifica o Código de Trânsito Brasileiro, aliviando as penas para os infratores, e a proposta que acaba com os manicômios. A lista pode incluir ainda alterações na lei para facilitar o combate a organizações criminosas e o projeto que equipara a indústria à empresa rural para fins de contribuição previdenciária destinada ao financiamento de aposentadoria especial. (Colaborou Nelson Breve)

PROPOSTAS
POLÊMICAS
DEVEM FICAR
DE FORA